

RUMO AO MARANHÃO: TEIAS MIGRATÓRIAS E MEMÓRIA DIVIDIDA

Marcia Milena Galdez Ferreira¹

Resumo: Busca-se abordar a experiência de migrantes nordestinos na região central do estado do Maranhão, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, quando se registram os índices mais significativos da migração de homens e mulheres provenientes dos estados do Piauí e Ceará. A partir dos livros de casamento das paróquias da região estudada, elabora-se um mapeamento da toponímia dos espaços ocupados por migrantes, cujos nomes remetem à água, à abundância e esperança de prosperidade, aos santos e santas e a elementos que constituem a natureza desses espaços. Através de entrevistas de História Oral busca-se interpretar as memórias sociais do processo migratório, demarcando-se diferenças em relação aos locais de procedência dos migrantes e à condição social, que estabelece razões objetivas e subjetivas da migração e interpretações distintas desse processo elaboradas e narradas *a posteriori*.

Palavras-Chave: migração; memória social; toponímia.

ROAD TO MARANHÃO: MIGRATORY NETWORKS AND DIVIDED MEMORIES

Abstract: This paper approaches the experiences of northeastern migrants in the central region of Maranhão, a Brazilian state, specially between 1930 and 1950, when the records show the most representative number of migrating men and women from the states of Piauí and Ceará. Through the data of marriages collected in parish register in the studied region the paper elaborates a toponymical chart of the spaces occupied by migrants, with names referring to water, abundance and hope for prosperity, the saints and other elements related to the nature of these spaces. Using interviews and oral history, the paper interprets the social memories of these migratory processes, pinpointing differences regarding the migrant's places of origin and social origin, capable of establish objective and subjective reasons for the migration and diverse interpretations of these process as formulated and transmitted afterwards.

Keywords: Migration; social memory; toponymal.

* O artigo é fruto da tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2015.

¹ Prof. Adjunta II da Universidade Estadual do Maranhão, Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Abordamos neste artigo a experiência de migrantes nordestinos na região central do estado do Maranhão, denominada Médio Mearim, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, quando se registram os índices mais significativos da migração, especialmente agrária, de homens e mulheres provenientes dos estados do Piauí e Ceará.

Os migrantes costumam ser abordados como sujeitos errantes. Na historiografia brasileira há farta produção voltada para o estudo de migrantes oriundos do sertão, especialmente o nordestino, e de outros recantos em busca de eldorados, escapes ou melhorias. Ao longo da história do Brasil, os migrantes são personagens de uma nação instituída a partir de múltiplos deslocamentos. Trabalhadores e sujeitos constituídos através da experiência. Embalados por projetos nacionais e locais e/ou pelo gosto e necessidade de mover-se para sobreviver e viver, homens, mulheres, crianças, adultos e idosos deslocam-se, no século XX, do Nordeste para outros Nordestes ou para lugares distantes e distintos, desde os confins da Amazônia, fronteira por excelência do Brasil Contemporâneo, até as zonas metropolitanas do “sul maravilha”, onde não há fronteiras para a expansão do capital. Na floresta, no seringal, na fábrica, nos babaçuais, nas *terras sem dono*, inventam no conflito e na superação experiências de trabalho e de vida que reconfiguram espaços sociais.

Muitos estudos desbravam porquês, traquejos e ziguezagues dos passos, por vezes errantes, por vezes firmes, dos migrantes nordestinos. Dialogar com essas interpretações significa conhecer e refazer um trajeto, apreendendo, nos seus avanços e recuos, nuances dos mundos do trabalho e dos sonhos de personagens plurais.

Desde meados do século XIX registra-se a chegada de nordestinos ao Maranhão, principalmente em tempos de seca. Entre as décadas de 1930 e 1960, as migrações dirigidas ou “espontâneas”² intensificam-se. O Médio Mearim configura-se em eldorado para

² Utilizo o termo “espontânea” entre aspas para chamar atenção do leitor para elementos de expulsão e atração em jogo nos deslocamentos de homens e mulheres. Silva (1973) distingue três formas de colonização: a *espontânea*, com estabelecimento de grupos humanos com seus próprios recursos e livre iniciativa; a *dirigida*, que se processa com um mínimo de orientação oficial na escolha e na organização da área, não passando, talvez, de um simples direcionamento de fluxos migratórios; e a *planificada*, cuja implantação contaria com planificação oficial na escolha da área, na seleção dos grupos e em suas atividades econômicas. (apud ARCANGELI, 1987: 14). Durante a seca de 1877-1879 é provável que as três modalidades tenham coexistido nas migrações de nortistas para o Maranhão. Esse autor problematiza a espontaneidade das colonizações espontâneas: “Há um tipo de colonização usualmente chamada de espontânea, para distingui-la da dirigida. O

sertanejos nordestinos entre as décadas de 1930 e 1970. Como outros eldorados de outros espaços tempos, é construído e desconstruído nas narrativas orais de migrantes e descendentes. No século XIX, a borracha no Pará (LACERDA, 2010 e CARDOSO, 2011) e na Amazônia (WENSTEIN, 1993), as terras nas encostas de serra no Ceará (SANTOS, 2012) e em regiões do Piauí (ARAÚJO, 2010 e DOMINGOS NETO; BORGES, 1987); no século XX, as cidades mineradoras do Mato Grosso (GUIMARÃES NETO, 2006) e as indústrias de São Paulo (FONTES, 2008) e novamente na década de 1940, a Amazônia (SECRETO, 2007). A região central do Maranhão é, nas décadas de 1930 e 1940, a espacialidade dos bons invernos e de *terras sem dono* para retirantes de um Nordeste seco, nas décadas de 1950 e 1960, soma-se a essa característica natural, a alta produtividade de arroz e de outros gêneros agrícolas, que funcionam como elementos de atração em tempos secos ou chuvosos.

Contudo, não considero suficiente a relação seca-migração para o entendimento dos deslocamentos de trabalhadores do sertão e de outros recantos do Nordeste para a fronteira agrícola do Maranhão. Os migrantes que partem rumo ao Médio Mearim³ em anos de bons invernos, embora não constituam maioria, indicam qualitativamente a possibilidade da migração também nesses períodos. Não negligencio, porém, o impacto da seca nas falas migrantes. Reconhecendo-a ou não, articulando-a ou não à fome, à sede e a outras privações, ela figura como elemento discursivo nas narrativas, e essa recorrência deve ser problematizada.

termo espontâneo refere-se ao colono, ao lavrador, que, antecipando-se ao dirigido ou acompanhando-o, ocupa as terras livres de fronteiras agrícolas, desbravando as matas e cultivando a roça, normalmente sob o título de posseiro, em sua relação com a terra. Sua colonização independe da interferência direta do Estado e sua organização econômica e social é fruto da livre iniciativa, sendo por isso chamada de espontânea. Mas esse termo é bastante questionável. A ideia de espontaneidade pressupõe ausência de pressão e condicionamentos, o que, logicamente, não vem a ser o caso do camponês migrante”. ARCANGELI, Alberto. *O mito da Terra: uma análise da colonização*. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987: 13. Por entender que as migrações espontâneas ocorrem a partir de pressões específicas sobre os migrantes e que não se constituem em iniciativas desordenadas, mas contam com um mínimo de planejamento, optei por utilizar o termo migração “espontânea” (entre aspas) como estratégia para convidar o leitor a essa reflexão. Essa inferência, porém, não busca engessar as escolhas e táticas que se operam nos percursos traçados. Embora os movimentos de partida e fixação não sejam propriamente ‘espontâneos’, cabem sempre aos sujeitos espaços de manobra para idas e vindas, para novos deslocamentos ou para a fixação numa espacialidade específica.

³ Opto por adotar como padrão a classificação atual dessa região, utilizada pelo IBGE a partir do Censo de 1970, pois ela coincide com grande parte do espaço ocupado e transformado entre 1930 e 1970 pelas frentes nordestina e maranhense. No Censo de 1940 é parte da Zona do Vale do Mearim e, em 1960, é parte do Baixo Mearim. Devido à inexistência de um único termo que dê conta desse espaço ao longo das quatro décadas trabalhadas, optei por utilizar a designação Médio Mearim.

Opto, como Frederico Croci, por utilizar o conceito de *teia migratória*, por compreendê-lo como ferramenta e metáfora mais propícia à abordagem das migrações. Conforme este autor,

por cadeia migratória entende-se o modelo que permite o estudo dos mecanismos que inibem ou permitem a chegada dos imigrantes ou a partida dos emigrantes – conforme o ponto de vista – incentivados e aconselhados por parentes, amigos e conterrâneos; no caso da assim chamada cadeia formal ou institucional, os mecanismos são disparados pela imprensa, a publicidade ou a propaganda feita por agentes contratados [...]. A elaboração do conceito de cadeia migratória remonta à sociologia dos anos 1950. A partir dos anos de 1960, contribuiu para a mudança de perspectiva dos estudos migratórios, valorizando o uso dos documentos pessoais na investigação e interpretação da dinâmica do êxodo. [...] Como já foi amplamente demonstrado, o modelo das cadeias apresentou problemas de ambiguidade e rigidez, que estão implícitos na artificiosa linearidade que a própria imagem da cadeia impõe. As pesquisas mais recentes, ao contrário, privilegiam a variedade e a variabilidade dos movimentos migratórios e, sobretudo, a multiplicidade dos destinos, emaranhados a tal ponto que, conforme sugere Fernando Devoto, 'já se tornou necessário substituir a metáfora de cadeia pela de teia de aranha'" (DEVOTO, 1991: 142). Assinala ainda uma outra reelaboração do conceito/termo (*redes sociais*): das cadeias às teias de aranha, para chegar a um modelo que, nos últimos anos, adquiriu uma solidez cada vez maior, graças também à multiplicação dos estudos que fizeram uso dele (CROCI, 2010: 304).

Neste artigo, utilizo principalmente como fonte a História Oral, concebendo-a como metodologia e documento. Seu *modus operandi* envolve subjetividade, multivocalidade e bipolaridade dialógica. Essas características não implicam imperfeição ou impossibilidade de uso dessa ferramenta documental. Pelo contrário, sua maior riqueza advém de tais propriedades, inerentes ao texto oral.

A história da migração de nordestinos e maranhenses ao Médio Mearim e da expansão da fronteira agrícola dispõe de pouca documentação escrita, em virtude tanto da inexistência de uma política de conservação de acervos em municípios do interior do estado como do desinteresse ou impossibilidade de registros da entrada e da fixação de camponeses e outros trabalhadores nessa região. A opção pela provocação, registro e análise de narrativas orais, no entanto, não se justifica pelo suprimento de lacunas nas fontes escritas, mas pela riqueza que esse material construído na pesquisa de campo oferece, pois possibilita e "privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu" (ALBERTI, 1990: 5).

A História Oral viabiliza o acesso à subjetividade do vivido, posto que a narrativa não congela a experiência passada. Por ser uma reconstrução provocada *a posteriori* e uma representação, vai além do vivido, sistematizando-o e dotando-o de sentido no ato de transformação da memória em narrativa. Segundo Verena Alberti (2006: 170-171), um dos principais alicerces da entrevista de história oral é a narrativa, pois “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido.”

Conforme Alessandro Portelli, teórico literário e pesquisador da História Oral, é fundamental atentar para o fato de a *entre/vista* ser “uma troca de olhares”, ou, segundo Alberti (2006: 178), fruto de uma “relação intersubjetiva”. Dois sujeitos, pesquisador e narrador, se entreolham, e o texto resultante é fruto de uma bipolaridade dialógica. As narrativas orais são, portanto, multivocais. A complexidade dessa autoria é instituída a partir de relações de poder fluidas. Se o pesquisador aparece como quem detém o maior capital cultural, o narrador é aquele que possui o saber buscado pelo primeiro. Essa relação se inverte no momento da construção de uma literatura acadêmica a partir das narrativas orais, quando o pesquisador assume o lugar de intérprete. Conforme Portelli (2012: 20), a entrevista estabelece uma bipolaridade dialógica entre dois sujeitos que se olham e interpretam: o pesquisador e o narrador: “A *entre/vista*, afinal, é uma troca de olhares e, bem mais que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo.”

Neste artigo, analiso relatos de diversos(as) narradores(as). O perfil dos *entre/vistados* é propositalmente amplo, intentando dar visibilidade a experiências diversas: cearenses, piauienses, potiguares, homens e mulheres, agregados ou pequenos e médios proprietários, lavradores, tropeiros, comerciantes, donas de casa, costureiras, letrados ou semialfabetizados. A partir desse perfil amplo intento traçar algumas linhas que perpassam o conjunto das narrativas, em que a memória social se unifica ou se divide conforme a história social, o lugar de procedência ou o capital cultural que permite ler e se mover no mundo.

Toponímia da região: perscrutando registros paroquiais

O atual Médio Mearim⁴ engloba 21 municípios⁵, dentre os quais sobressaem no presente estudo: Bacabal, Bom Lugar, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Santo Antônio dos Lopes, Poção de Pedras, Vitorino Freire, São Luís Gonzaga do Maranhão, Trizidela do Vale. Configura-se, nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, como região dotada de águas, chuvas e rios, de terras disponíveis para o plantio e o trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e algodão. Bacabal, São Luís Gonzaga, Pedreiras e Vitorino Freire, municípios instituídos até 1960, despontam como os principais focos de migração de nordestinos para o Maranhão entre 1930 e 1960 e de grande produção agrícola e extrativismo de babaçu.

A incursão pelo universo da experiência migratória de nordestinos para a região do Médio Mearim pode ser iniciada pela problematização de representações instituídas sobre o espaço ocupado a partir da toponímia que nordestinos e maranhenses constroem nos lugares onde vivem e trabalham. Através dos Livros de Casamento consultados é possível mapear algumas das ideias-imagens mais recorrentes na denominação de povoados e *centros*⁶ que carregam no nome significados e significantes emblemáticos.

A partir da documentação coligida nas Paróquias de São Luiz Gonzaga, de São Francisco das Chagas e de Santa Teresinha, em Bacabal, é possível esboçar uma estimativa do local de nascimento dos adultos residentes na região do Médio Mearim, nas décadas de

⁴ A microrregião do Médio Mearim localiza-se no Centro do Estado do Maranhão, numa área de 10.705.261 quilômetros quadrados.

⁵ Muitos dos atuais municípios são desmembrados, ao longo das últimas décadas, dos municípios de Bacabal e Pedreiras. Pedreiras e Bacabal são desmembrados de São Luís Gonzaga.

⁶ A região de estudo é pontilhada ao longo do recorte temporal adotado por *centros*. Maristela Andrade e Murilo Santos (2009: 31) conceituam *centros* como “agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta”. Distinguem dos povoados pela inexistência de uma ligação mais direta com a sociedade nacional, perceptível na ausência de representantes da Igreja, de chefes políticos, de delegados sindicais e de autoridades investidas de poder de polícia. O constante deslocamento é outra característica dos *centros*, que “podem mudar constantemente no interior da mata, em função da grilagem ou de outros problemas tais como conflitos de família, disputas entre líderes religiosos e outras questões” (2009: 32). Os *centros* são concebidos por esses autores como espaços de autonomia e solidariedade: “No âmbito dos centros o convívio familiar ganha maior autonomia, baseando-se nos laços entre famílias e em regras de reciprocidade entre elas estabelecidas, enquanto nos povoados, a ligação mais direta com o comércio e com as várias instâncias do poder local, determinaria a quebra dessa autonomia interna” (ANDRADE; SANTOS, 2009: 33).

1930, 1940, 1950, 1960 e 1970. Na Paróquia de São Luiz Gonzaga foram catalogados dados de seis dos oito livros de casamento disponíveis para o recorte temporal em estudo: três referentes à década de 1930, contendo registros entre 1932-1933, 1933-1934, 1935-1938. Priorizei, nessa paróquia, a catalogação dos dados da década de 1930 por ser informada de que, nas paróquias de Bacabal, a documentação disponível refere-se a décadas mais recentes. Por ser a paróquia mais antiga da região, São Luiz Gonzaga contém dados sobre a maioria dos municípios, povoados e *centros* do Médio Mearim. Consultei e cataloguei nessa paróquia dados de um livro da década de 1940 (1941-1944), um da década de 1950 (1955-1957) e um da década de 1960 (1963-1967).

Na Paróquia de Santa Teresinha, em Bacabal, localizei registros a partir de 1943. Do seu acervo foram coligidos dados sobre as décadas de 1940 e 1950. Consultei e cataloguei parte dos dados de um livro da década de 1940 (1943-1949) e de dois da década de 1950 (1954-1955 e 1959-1960). A demora na disponibilização do acervo impossibilitou a catalogação de um maior número de dados para essas duas décadas.

Na Paróquia de São Francisco das Chagas, em Bacabal, localizei livros de casamento a partir do ano de 1963 e, devido à sua grande quantidade, optei por catalogar dados de partes de livros, buscando alcançar uma maior diversidade para a série. Dessa maneira, são consultados três livros da década de 1960 (1963-1964, 1964-1968 e 1964-1979), referentes à cidade de Bacabal e ao “interior” (denominação dada a povoados e *centros*), e quatro livros da década de 1970 (1970-1973, 1971, 1973-1976 e 1979).

A série documental consultada fornece normalmente as seguintes informações dos noivos: nome, nome dos pais, idade, local de nascimento, local de batismo, local de residência e data do casamento.

Um número expressivo de lugares é batizado com nomes que carregam o significado água: Açude, Alagadiço, Cachoeira Grande, Igarapé Grande, Lago Achado, Lago Açu, Lago da Cutia, Lago da Flecha, Lago do Curral, Lago dos Rodrigues, Lago da Onça, Lago do Boi, Lago do Cipó, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Limpo, Lagunho, Lagoa Grande, Lagoa Bonita, Lagoa Verde, Lagoa Amarela, Lagoa Branca, Lagoa do Governo, Lagoa da Mata, Lagoa Nova, Olho d'Água, Poços, Três Poços, Poção de Pedras, Poção Comprido, Poção do Damião, Poção dos Cruz, Poço do Meio, Poço de Raiz, Riachão, Riacho Cavallo.

Monte Verde, Paraíso, São João do Mata Fome, Vista Alegre, Viva Deus, Terra Nova. A representação do eldorado sobressai nesse conjunto e, em algumas dessas denominações, figura como dádiva ou permissão divina.

A difusão do catolicismo no Médio Mearim pode ser inferida pela profusão de santos e santas que figuram entre menções ao Deus Pai, ao Deus Filho e ao Espírito Santo. Pontilham também a toponímia da região: Santana, Santa Catarina, Santa Cruz, Santa Fé, Santa Maria, Santa Júlia, Santa Isabel, Santa Rosa, Santa Rita, Santa Teresa, Santa Zita, Santo Américo, Santo Antônio, Santo Antônio do Veloso, São Bento, São Benedito, Santo Elias, São Bernardo, São Domingos, São Félix, São Francisco, São Gonçalves, São João, São João da Mata, São João do Antão, São João do Jansem, São Joaquim, São José, São José dos Curicas, São José das Verdades, São José das Mentiras, São José dos Mentirosos, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São Lucas, São Marcos, São Paulo, São Pedro, São Raimundo, São Vicente, Espírito Santo, Bom Jesus, Todos os Santos, Madre Deus.

Um quarto conjunto alude a alguns elementos naturais comuns na região: pau, pedra e ferro. Entre as denominações figuram: Pau D'Arco, Pau D'Água, Pau dos Ferros, Pau Ferrado, Pau Comprido, Pau Queimado, Pau Real, Pau Seco, Madeira Cortada, Jatobá, Jiquiri, Maçaranduba, Pedra, Pedreiras, Poção de Pedras, Lago da Pedra, Pedra Furada, Pedra Grande, Pedra do Salgado, Ferro Novo e Ferro Velho.

O quinto conjunto emaranha árvores, flores, frutos e bichos, remetendo à ideia-imagem da riqueza e da diversidade natural da região: Buritizal, Cajueiro, Bacabal, Bacabinha, Bacuri da Linha, Cajá dos Malaquias, Cajazeiras, Capim Médio, Capim Duro, Capinzal, Coco Grande, Cutia Barata, Juçaral, Limão, Limoeiro, Limoeiro da Mata, Maracujá, Murici, Nogueira, Pimenteira, Piqui, Abelha, Andirobal, Potó Velho, Urubu Reis, Canela, Florestas, Lírio, Unhas de Gato. Representam-se e inscrevem-se no espaço a fartura da caça e de frutos da lavoura, ao lado de insetos e animais nem sempre desejados.

Elementos de uma cultura material camponesa compõem um sexto conjunto, onde sobressaem ideias-imagens de desbravamento e rusticidade: Taboca, Beira do Saco, Brejinho, Arraial, Lata, Boca da Mata, Barraquinha, Cabaça, Centro do Meio, Centro Velho, Centro dos Queimados, Cercadinho, Cipó, Mato Seco, Mata do Nascimento, Mucambo, Panela Furada, Taba, Boca da Mata, Lage do Curral, Curva da Mata de Boi, Alto do Bode.

O sétimo conjunto remete a termos indígenas e denominações provavelmente referentes a *terras de preto*: Aldeia, Aldeia do Odino, Aldeia José de Paiva, Mururu, Cururu, Ipixuna, Aquidabã, Seco das Mulatas, Angical dos Pretos. Outras aldeias indígenas e *terras de preto*⁸, que pontilham o Médio Mearim no período estudado, figuram com denominações menos explícitas, sob nomes de santos, frutos, pedras ou águas.

Outro vasto conjunto é composto por *centros*⁹ que levam a designação do nome próprio, do apelido ou do sobrenome dos sujeitos ou famílias considerados pioneiros: Centro do Adelino, Centro do Ângelo, Centro do Basílio, Centro do Constâncio, Centro da Rosa, Centro do Tancredo, Centro Julião, Centro do Louro, Centro do Batista, Centro do Cardoso, Centro dos Boas, Centro dos Farias, Centro dos Gomes, Centro dos Marcelinos, Centro dos Moraes, Centro dos Palmeiras, Centro dos Pereiras. Um conjunto mais restrito refere-se aos altos e baixos do relevo: Morro Grande, Morro da Pedra, Morro dos Caboclos, Barro Vermelho, Baixão, Baixão Comprido. E dois municípios da região levam o nome de políticos de destaque no Maranhão no período estudado: Paulo Ramos e Vitorino Freire.

Essa toponímia remete a um conjunto de expectativas e às formas de apropriação do espaço pelo migrante: o acesso à água abundante, o sonho de prosperidade, a necessidade de proteção dos santos, uma natureza que precisa ser domada e a vontade de ter um pedaço de terra que pudesse ser atribuído a si a sua família. A toponímia é um texto que inscreve imagens da migração. Várias dessas denominações, instituídas entre as décadas de 1930 e 1950, permanecem como nomes oficiais ou como termos utilizados cotidianamente por sua população.

Em busca de bons invernos

Adentremos o universo das narrativas orais visando mapear nuances das representações do espaço e da experiência migratória em curso. A maioria dos narradores chega à região em anos de seca (1932, 1951-1953, 1958) e/ou narra histórias de fixação ou passagem de parentes pelo Maranhão em secas anteriores (1915-1919). O(a) narrador(a)

⁸ Santa Amália e Bom Jesus são exemplos de denominações de *terras de preto* no município de Pedreiras.

⁹ Nem todos os *centros* são batizados com nomes de supostos pioneiros como: Centro dos Caboclos, Centro do Meio, Centro Velho, Centrinho. Alguns centros não trazem sequer a denominação *centro*, como: Caiçara, Santo Antônio, Sapucaia. Esses últimos são identificados como *centros* a partir das narrativas orais.

tende a realçar a seca durante a qual ocorre sua migração: Ocilvo Costa (2013), natural do Rio Grande do Norte, refere-se à seca de 1958 como “uma seca tremenda”, embora já tivesse vivenciado as secas de 1942 e 1951-1953 na infância e adolescência; Teresinha Silva (2010), que deixa Tianguá-CE também em 1958, afirma que “essa que deu lá foi forte, mais forte que as outras”; Maria José Coelho (2013), nascida em Pedra Branca, que vivenciou duas migrações do estado do Ceará em anos de seca (1958 e 1970), refere-se à primeira como “uma seca muito grande” e sobre a segunda expressa “essa é que foi grande”. Possivelmente os artifícios da memória tendem a realçar o tom das tintas no retrato mais marcante dentro da história individual.

Migrantes nordestinos e maranhenses dirigem-se à região principalmente em movimentos “espontâneos”, provavelmente impulsionados pelas notícias propaladas de boca em boca sobre a região. Alguns deles relatam outras experiências migratórias antes da fixação no Maranhão, como Rosa Silva Rodrigues (2011), dona de casa e costureira, natural de Angico, município de Morada Nova, Ceará. Nascida em 1912 numa família de dez irmãos, experiencia a migração desde a infância, inicialmente entre municípios e povoados cearenses.

Seu pai trabalha em empreita como vaqueiro, pedreiro e carpinteiro, e a família numerosa muda constantemente, vivendo de fazer “cerca de arame, de madeira, curral, levantar casa, açude” em Caatinga do Brasão, Tingui, Barracão, Limoeiro do Norte, entre outros lugares. Conforme Rosa Silva Rodrigues (2011), as constantes mudanças devem-se ao reconhecimento pelo pai de que “lavar botando roça não dava pra criar família”. Sua família migra do Ceará em 1932. Seu pai trabalha, no verão do ano anterior, com corte e secagem de carnaúba no Piauí e, no ano seguinte, volta para buscar a família. Em Pedro II-PI, Rosa casa, constrói sua família e migra, em 1953, com filhos pequenos para o Centro Caiçara, município de Pedreiras, Maranhão. Em 1969 migra novamente para a cidade de Pedreiras.

Um de seus filhos, José Rodrigues de Medeiros (2011), rememora com mais detalhes a migração da família de Pedro II-PI, para Pedreiras-MA. Nascido em 1945, define a vida na infância como pobre, sinalizando a agricultura de subsistência e o extrativismo da carnaúba como base da economia familiar. O arroz e o babaçu, de onde provém a riqueza da região de Pedreiras, não figuram na sua rememoração da terra natal: “rapaz, lá era só

feijão e mandioca, não era terra de arroz, não, era só feijão e mandioca. A força do legume ..., tratava fumo, cortava carnaúba pra tirar a cera de carnaúba. Naquela época, ele [meu pai] era rendeiro de uns carnaubal de um velho lá.”

A migração ocorre em 1953, quando tem oito anos de idade. Nésio, como prefere ser chamado, não se refere à seca e justifica a migração familiar “porque naquelas épocas, o Piauí era muito fraco, logo que chovia muito pouco, aí não tinha renda pro povo criar a família não” (NÉSIO MEDEIROS, 2011). As notícias sobre Pedreiras são trazidas por tios paternos e maternos que vivem no Maranhão. Apesar de afirmar não ter conhecido seca no Piauí, afirma que chovia pouco e enfatiza os bons invernos maranhenses como motivo de atração para famílias camponesas piauienses: “Nós viemos pro Maranhão. A decisão dele [o pai] foi porque aqui era lugar que não tinha seca, aqui era lugar que chovia todo tempo pra se trabalhar, né? O lavrador, o negócio dele é chover. Quem trabalha com roça, a esperança é a chuva. Que é pra ele produzir e plantar.”

A existência de *terras sem dono* é outro elemento presente na narrativa. Nésio Medeiros (2011) demarca, como muitos migrantes oriundos de famílias de agregados, a diferença em relação ao acesso à terra no Maranhão nos primeiros anos da migração. A pobreza da família de agregados é mencionada sem constrangimentos: “Era uma família de gente muito pobre, né? e só vivia pelas coisas alheia, trabalhando nas terras alheia, meu pai trabalhava. Aí meteram na cabeça dele pra vim pro Maranhão. O irmão dele já tinha vindo pra cá. Aí, nós viemos tudinho”. Sobre o processo de fixação no estado, narra um tempo que finda duas décadas após a chegada: “naquele tempo não tinha dono de terra aqui não. Nós moremos muitos anos num terreno acolá, diz que era terra devoluta, mas depois com uns anos apareceu um dono aí, e demarcou um mundo de terra. Aí, foi obrigado comprarem”.

Na viagem da migração, feita em paus de arara, nos trechos Pedro II-Teresina e Coroatá-Pedreiras, e em trem, no trecho Teresina-Coroatá, chega uma família de piauienses, a de sua futura esposa, vindos do município de Campo Maior:

O meu sogro veio também do Piauí, ele era de outra região, eles eram aqui de Campo Maior. Quando nós viemos pra cá, viemos tudo no mesmo trem: o meu sogro, essa mulher minha tinha quatro anos. Nós viemos tudo junto, tudo no mesmo trem... Se apartamo aqui e com muitos anos nós se encontramos de novo, ela já tava moça e fomos namorar e casar, tudo numa época só (NÉSIO MEDEIROS, 2011).

Nésio vive por mais de 20 anos no Centro Caiçara, zona rural do município de Pedreiras. Esse narrador refere-se à intensa movimentação de camponeses entre os *centros* e povoados da região: “Rapaz, tinha um bocado de morador lá [Caiçara]... Sai um, chega outro. A gente não se aquieta no mundo, num lugar só. Acho que nós fomos os últimos que sustentamos lá muitos tempo” (NÉSIO MEDEIROS, 2011, grifos meus). Ele permanece em Caiçara até a chegada do “proprietário com a documentação das terras”, obrigando-o e a outros moradores a comprarem pedaços de terra: “Teve muitos que não comprou, não podia comprar e... Nós mesmo tiremos 50 hectares, outros tirava 100, 70. Teve outros que tiraram mais. Tiraram 600, 500. Era muita terra, terra do homem, ele demarcou aí”. Pouco tempo depois, a família de Nésio realiza o êxodo rural, comum a muitos camponeses ali residentes, entre o final da década de 1960 e o final da década de 1980, mudando-se para a sede de Pedreiras em 1976.

Maria da Conceição Oliveira Medeiros (2011), esposa de Nésio, nasce em 1949 no povoado de Genipapeiro, município de Campo Maior, Piauí, numa família de 17 irmãos que migra para a zona rural de Pedreiras em 1953. Sua família transita pelos *centros* São Joaquim, Morada Nova e Caiçara, onde reencontra o futuro marido, que conheceu na viagem de migração para o Maranhão. A narradora atribui sua migração familiar à dificuldade de criar os filhos numa família numerosa: “porque lá [Campo Maior] não tinha como criar os filhos, mulher! Aí diz que aqui tinha mais facilidade, já tinha esse coco [babaçu] que já ajudava, né?”.

As notícias de Pedreiras chegam ao Piauí, de onde se dizia “que era bom pra pessoa viver, que tinha mais facilidade do que lá, porque lá era muito difícil, né”? Maroca, como é conhecida, rememora o trabalho duro do pai que, como outros migrantes piauienses, era vaqueiro: “Meu pai trabalhava em fazenda, toda vida ele trabalhou em fazenda alheia, não sabe? Acho que pra ter aquele leite, pra criar os filhos, ajudar, né? Porque leite com fartura lá em casa tinha direito, que ele trabalhava demais pra dar o sustentinho dos filhos, né?” (MAROCA MEDEIROS¹⁰, 2011).

¹⁰ Optou-se por usar, ao longo do texto, a formulação MAROCA MEDEIROS e NÉSIO MEDEIROS para falar de Maria da Conceição Oliveira Medeiros e seu marido José Rodrigues de Medeiros, pois é por seus apelidos, Maroca e Nésio, que os *entre/vistados* atendem. Ao final deste artigo ambos estão referenciados como: MEDEIROS, Maria da Conceição Oliveira. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*, e MEDEIROS, José Rodrigues de. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*.

Apesar de narrar dificuldades para o sustento de uma família numerosa, Maroca não menciona fome ou seca como motivo da migração, mas a busca de melhores condições de vida. A dicotomia “Piauí fraco” *versus* “Maranhão bom” figura no seu relato, assim como no de muitos piauienses ouvidos no Médio Mearim. Maroca chega a caracterizar a terra natal como “lugar seco”, referindo-se provavelmente aos invernos escassos e não à ocorrência de seca propriamente dita. Na sua narrativa figuram mais elementos referentes à disponibilidade de trabalho e à facilidade da produção agrícola (arroz, banana, feijão, macaxeira) e extrativista (coco babaçu) do que às *terras sem dono* do Médio Mearim, ou seja, nesse relato, o potencial da natureza maranhense sobrepõe-se a condições sociais reiteradas por outros narradores.

Além das migrações entre os *centros* da zona rural de Pedreiras, Maroca se refere a três retornos da família ao Piauí. A maior facilidade de ajustamento do vaqueiro a qualquer período do ano e o fato do pai trabalhar na fazenda de um tio e pai adotivo, provavelmente, facilitam o trânsito da família numerosa:

Meu pai voltou umas três vezes. Minha mãe não se acostumava aqui. Ela não gostava daqui. Aí, ela vinha e chorava até quando voltavam. Voltaram três vezes. Aí nas três vezes meu pai era vivo: ‘- Minha filha não posso mais tá andando com esse povo, os menino tudo já crescendo, pagando passagem, né? Vamos se aquietar num lugar’. Aí foi que ficaram quietos, depois de três vezes que voltaram, né? As vezes passavam só um ano, dois. Lá se arribavam de novo pra trás! (MAROCA MEDEIROS, 2011).

O *ir e vir* entre os estados vizinhos do Maranhão e do Piauí não se dão, provavelmente, pelo fato da mãe não se adaptar ao novo espaço. Decerto, facilidades de recolocação em ambos os espaços e a ausência de fortuna acumulada favorecem os deslocamentos da família numerosa. Laura de Mello e Souza (1982) aponta, desde os tempos da América Portuguesa, a constância e a facilidade de deslocamentos dos ditos “desclassificados” pelo território do que viria a ser o Brasil. Ausência de fortuna, fartura de ousadia e busca de melhores possibilidades de reprodução do campesinato embalam o “viver aqui e acolá” dessa e de inúmeras outras famílias de migrantes nordestinos ou maranhenses que se fixam no Médio Mearim.

No município de Pedreiras, a família de Maroca vive da lavoura de milho, arroz, macaxeira e banana, do extrativismo do babaçu e do trabalho do pai como vaqueiro, na fazenda de um homem que se torna proprietário de grande parte das terras do Centro

Morada Nova. Sua narrativa sugere que as condições da família melhoram em relação à situação no Piauí, já que o pai passa a hospedar vários conterrâneos que chegam à região.

Ele era muito conhecido, quando ele veio pra cá, veio muito amigo dele pra trabalhar com ele, aqueles rapaz, né? Que aqui tinha muito serviço, tinha roço de banana, tinha coisa pra brocar tinha, pra roçar, né? Aí os rapaz vinha pra se arrancar na casa dele. De cinco homem ficava dentro de casa só...[...] Meu pai era um velhinho de coração bom demais. Isso aí eu vou te dizer, era barriga cheia. Todo mundo que chegava na casa dele tinha que almoçar, jantar e tomar café e tudo. Esses homens que vinham do Piauí era parente dele, né? e ele hospedava tudo em casa, multidão de homem...trabalhar né? Eles precisavam também, que lá não tinha serviço assim, achavam que aqui ganhava mais (MAROCA MEDEIROS, 2011, grifos meus).

Anísio, pai de Maroca, passa da condição de agregado protegido no Piauí, trabalhando como vaqueiro nas terras do tio que o criou, onde o sustento dos filhos é mantido com sacrifício e com o auxílio do pai adotivo/ dono das terras, para a condição de agregador de mão de obra. Passa-se ao tempo “da barriga cheia”, podendo hospedar e inserir conterrâneos nos mundos do trabalho do Maranhão.

As lembranças da infância de Maroca em Campo Maior sugerem uma vivência que requer proteção: “lá era seco, né? Mas fome a gente nunca passou, por causa desse tio nosso, esse pai dele que sempre, né? dava aquele serviço pra ele, pra ele ter com que ir sustentando os filhos. Matava aqueles bodes, aquelas ovelhas e dava uma banda pra ele, ficava com outra, e tudo já era uma ajuda, né?” (MAROCA MEDEIROS, 2011).

As experiências migratórias da família de Maroca, feitas de muitos deslocamentos e recomeços, são representadas como ascendentes, já que Anísio passa de agregado protegido a agregador protetor. Apesar da sua narrativa não fazer referências nítidas e diretas à fome e à seca, expressa dificuldades enfrentadas no sustento de uma família numerosa num local onde, se não ocorrem propriamente estiagens, os invernos escassos inviabilizam uma produção farta, que permitisse superar a lavoura de subsistência.

Além dos empreiteiros e vaqueiros, os tropeiros são outros personagens afeitos aos deslocamentos Brasil adentro. A paraibana Maria Ancelmo Braga, filha de tropeiro, nasce em 1916 em Souza, na Paraíba, de onde sai com 15 anos, como a quarta esposa de um viúvo cearense que trabalha como tropeiro entre a Paraíba e o Ceará. Após dois anos de moradia em Brejo dos Santos, Ceará, migra, em janeiro de 1933 para o Maranhão, depois

da forte estiagem de 1932. Onde vivia, conforme Maria Braga (2011), circulavam notícias de que o Maranhão era “o céu”, “muito bom demais”, lugar onde “se juntava dinheiro com ciscador”. Após uma viagem a cavalo de mais de vinte dias, chega à cidade de Pedreiras, acompanhada do marido, dos seus pais e um irmão.

O esposo de Maria Braga atua durante muitos anos nas tropas de burro do Médio Mearim, fixando-se em Pedreiras e transitando por diversos municípios da região. A narrativa de Maria, embora prejudicada pela idade avançada e saúde abalada que dificultam a rememoração e a fala, sinaliza para um cotidiano duro pelas condições materiais do tempo e dos espaços, mas não para uma condição de pobreza.

Um conjunto de outros(as) narradores(as), como Nésio e Maroca Medeiros, faz nítida menção à condição de pobreza, normalmente assinalada pela vivência como agregados, e, por vezes, reforçada pela experiência da fome e pela migração como necessidade “pra escapar” de “lugares fracos” (Piauí) ou da seca propriamente dita (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba).

Referindo-se aos motivos da vinda de sua família para o Maranhão, o potiguar Osael Faria (2011) declara: “Por mode seca. Teve dois, três anos de seca lá. Não chovia. Aí, não tem o que comer. Aí, tem que procurar lugar que chove. Aí, viemos pra cá.”. Nessa fala, a expulsão dá-se pela seca e pela fome e a atração, pelas chuvas da região de destino.

Segundo Osael, mesmo as grandes secas não atingem os latifundiários. São normalmente agregados e moradores que precisam se retirar para escapar da fome e da sede: “Eles [latifundiários] vêm guardando nos armazéns as coisas de uns anos pra outro. Aí, ficam sustentando aqueles que eles querem, né? Aquele que não for muito bom, eles não tão ligando pra ele”.

A seca não se manifesta apenas como fenômeno climático e é abordada por Neves (2000: 44) como constructo histórico. O avanço da agricultura comercial sobre áreas destinadas à subsistência coloca o agregado em situação de grande vulnerabilidade nos momentos de estiagem. É possível compreendermos, portanto, que dentre as entrevistas realizadas, apenas agregados, como Osael Faria (2011), admitem ter vindo “corridos da seca”: “O agregado não tem nada. Só tem o serviço.” Com o prolongamento da seca, escasseiam serviço e alimentação, restando ao agregado, por vezes em última instância, a retirância.

Ainda que se refira à pobreza material e à situação de exploração do agregado, a família de Osael só se retira no terceiro ano de seca, 1953. Durante dois anos, é possível sobreviver no sertão, apesar da estiagem. O apego ao local de origem, trabalho e moradia é um elemento a ser considerado na relativa demora da atitude de partida do retirante. Frederico de Castro Neves, analisando saques e outras ações da multidão de retirantes no Ceará desde o final do século XIX até meados do século XX, assinala que, na seca de 1877-1879 e nas secas seguintes, a retirada da terra natal só acontece como última possibilidade:

A marcha dos retirantes em direção às cidades do litoral era marcada pelos mais impressionantes obstáculos. O abandono de suas terras e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuva já se haviam desvanecido e os últimos grãos, que ficariam para as sementes, sido consumidos. Isso significa que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição dessas famílias. Já saíam famintos de suas terras (NEVES, 2000: 27).

Ao chegar a Pedreiras, em 1953, Osael trabalha muitos anos como “peão” (ajudante de pedreiro e carpinteiro). Depois, passa a atuar no comércio, só conseguindo se firmar na movimentada feira de Pedreiras no final da década de 1960. Sua história, ainda que lenta, de ascensão social, permite-lhe assumir, sem constrangimentos, os caracteres projetados sobre os retirantes, pobres e famintos, corridos “por mode seca”. A história social de agregado no sertão potiguar pontilha a narrativa de Osael.

Antônio Pereira Lima (2013) nasce em 1950 em Viçosa, Ceará. Vem de uma família de seis irmãos que vivem como agregados da roça de milho, feijão, arroz, mandioca e da produção e venda de lenha. Participa desde a infância do trabalho na roça, o qual, conforme descrito por outros migrantes cearenses, é feito no Ceará de modo distinto do empregado no Maranhão. No Ceará, planta-se o arroz em três etapas: “passa por esse cavando, aí um vai semeando e outro vinha atrás cobrindo”. Normalmente o filho mais velho cava, o pai semeia e o filho mais novo cobre as sementes.

Antônio migra com a família durante a seca de 1958, “porque não tem vivência. Aí não teve colheita nesse tempo” (LIMA, 2013). Eles vão de Viçosa a Tianguá num carro e, de lá, seguem num pau de arara, rumo a Pedreiras, no Maranhão. A memória da infância guarda imagens lúdicas e duras da viagem – “Nós vinha em cima da carroceria pegando vento” –, mas esta só é possível pela venda, por 800 cruzeiros, das duas jumentas usadas

para transportar lenha. Torna-se impreterível desfazer-se de parte do pequeno patrimônio familiar para viabilizar a migração.

Na sua narrativa transparecem dificuldades na alimentação enfrentadas pela família durante a estiagem. Recorda a fala do pai, quando só resta uma “muquequinha de feijão” para cozinhar: “Meu filho, agora é o seguinte: é obrigado nós ir embora pro Maranhão”. A migração familiar, portanto, é representada nesse relato como contingência. A viagem é planejada, mas os motivos de expulsão são contundentes e soberanos sobre a decisão de partir.

As recordações de menino de Antônio Lima sugerem a existência de estruturas improvisadas nas cidades-sedes dos municípios para abrigar migrantes recém-chegados. Assim narra a chegada a Pedreiras, depois de um dia e meio de viagem:

Aí chegamos em Pedreiras como trabalhador. Aí nesse tempo tinha um barracãozão, aí o cabra chegava se arranchava o outro. Aqueles que, a gente *se* arranchou num barracãozão descoberto, não tinha nada tampado. Aí papai ganhou a rua caçando serviço, e arrumou serviço. Aí sei que aí com três dias, papai foi com nosso tio buscar nós em Pedreiras. Aí nós vinha de animal no Aguiar (LIMA, 2013).

Por intermédio do tio paterno, sua família é levada para trabalhar nas terras do doutor Arruda (suposto dono das terras), no povoado Aguiar, que tem, no final da década de 1950, segundo sua narração, grandes comércios, escola e igreja. Mesmo vivendo novamente como agregado, Antônio Lima descreve esse tempo como tempo de fartura:

Ah! foi bom demais. Acabou tempo ruim. Meu pai trabalhador, nós muito trabalhador também. E aí eu sei que acabou tempo ruim, nunca mais passamo fome, nem passou precisão de... [não poder] botar roça grande. Botava era trinta, quarenta linhas de roça. Nós panhava de cinquenta saco de feijão. Papai era trabalhador, era um velho trabalhador, tudo ensinou os filhos trabalhar (LIMA, 2013, grifos meus).

O fim do tempo ruim, da fome e da precisão são construídos nessa narrativa com o acionamento da ideia-imagem do bom trabalhador, recorrente em outras narrativas de migrantes nordestinos. A tradição do trabalho com afinco, transmitida de pai para filho, possibilita ultrapassar não só a fome, como seu espectro. A abundância de terras e de chuvas permite grandes safras que superam a perspectiva da subsistência.

Apesar do sistema de trabalho e da forma de acesso à terra ser a entrega da metade da colheita, o agregado rememora a riqueza da região com a representação da fartura: “tinha tanto arroz, que não tinha quem vencesse nessa época” (LIMA, 2013, grifos meus). A pujança da natureza e da produção viabilizaria, portanto, um cotidiano folgado até para os agregados.

Antônio casa-se em 1979 com uma maranhense de Colinas. Como outros migrantes nordestinos, aponta a diferença de cor dos maranhenses: “só gente moreno, tudo moreno”, e ressalta as qualidades do trabalhador cearense em relação ao maranhense, representado como preguiçoso. Ao cearense, confere ainda a ideia-imagem da ousadia: “Sabe que cearense é meio doido. Não tem medo de nada!” (LIMA, 2013).

Elementos negativos do espaço de fixação são obliterados no curso da sua narrativa. É com naturalidade, e sem grande pesar, que se refere à morte de uma irmã mais nova, dias depois da chegada ao Maranhão, possivelmente provocada pela viagem de migração, em decorrência “de febre e diarreia com sangue”.

A *posteriori* avalia positivamente a migração para o Maranhão: “Ah! melhorou demais! Graças a Deus!” (LIMA, 2013). No seu relato não há nenhuma menção ao tempo da *terra sem dono*, mas sim a tempos de fartura e a “bons patrões”. Em 1990, Antônio muda-se para a cidade de Bacabal a fim de facilitar o estudo dos filhos, onde passa a trabalhar com o comércio informal. Em 1998, compra terras no povoado Primavera, também no Médio Mearim. O paternalismo, a conquista (não menciona se por compra ou doação) de lotes de terra e seu engajamento bem-sucedido no comércio varejista, auxiliam a compreensão dos silenciamentos ou esquecimentos que possivelmente perpassam sua narrativa.

Francisco e Teresinha Silva, naturais de Tianguá-CE e nascidos respectivamente em 1925 e 1937, chegam a Pedreiras em 1958 em um caminhão, trazendo três filhos pequenos, dos quais dois vinham “dando agonia de fome”. Nesse relato, a migração é explicitamente atrelada à seca de 1958. Esta seca teria sido mais forte que as anteriores: “que as outras havia um feijãozinho de moita né? E essa que teve lá que nós viemos embora. Não deu foi nada. Era tudo seco” (TERESINHA SILVA, 2010¹¹).

¹¹ Neste caso também opto, para diferenciar as falas de Francisco e Teresinha, pela citação em formato não usual. Nas referências finais, os dois são listados como SILVA, Francisco. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010*, e Teresinha, SILVA. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010*.

Nessa narrativa, mais do que em qualquer outra, essa família de agregados reconhece e relata a fome e a penúria enfrentadas por um grupo de retirantes que segue rumo ao Maranhão visando “escapar”. As agruras da viagem são contadas principalmente por Teresinha. Três vezes, no curso da entrevista, ela repete as mesmas expressões do misto que os transporta:

nós subimos numa carrada de estrume de bode. Vinha meia carrada de estrume de bode e a outra meia carrada era nossas coisinhas em cima. Aí o mais velho caiu de cima do carro. Aí um filho de Nossa Senhora pegou ele pela perna e subiu pra cima mais ele! Caiu de cima da meia carrada de bosta de bode. E nós viemos na meia carrada de bosta (TERESINHA SILVA, 2010).

O sofrimento, a privação e a miséria são dizíveis e recorrentes em todo o relato. A condição desumana do “misto”, que leva seis dias para chegar a Pedreiras, misturando pessoas e estrume de bode, o espectro da morte na ideia-imagem do velho que cai do carro, a solidariedade e a religiosidade – “Ai um filho de Nossa Senhora pegou ele pela perna e subiu pra cima mais ele!” – pincelam um quadro de luta pela sobrevivência, também reiterado e instituído na literatura regional. Nesse e em outros trechos dessa narrativa a oralidade arranha a escrita de Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto e de inúmeros outros escritores do período que inscrevem o Nordeste sob o signo da seca, fome e morte.

Teresinha segue dizendo o indizível, quando descreve “um saque” a uma roça de milho num local do Piauí, onde o “misto” que os transportava “desmantelou”:

Aí o carro desmantelou lá no Piauí. Foi ao redor duma roça de milho maduro. Aí todo mundo ia fazendo um buraco no chão pra fazer o jeito de uma fornalha, pra quebrar esses milho e assar pra não passar muita fome... Pra não passar muita fome, nós quebrava milho na roça mesmo. O pessoal, era carrada de gente e meia carrada de estrume... Aí nós cozinhava, pegava milho, trazia uma carne seca de bode que tinha muito bode por lá. Aí nós trazia, assava. Fazia arroz, comia e botava pros meninos... Nesse tempos nós passamos muita fome. (SILVA, 2010, grifo meu)

Num só fôlego, Teresinha traça a imagem das ações coletivas sobre o que denomina “passar muita fome”. Nesse trecho curto, essa expressão aparece três vezes e novamente a representação da mistura de gente e estrume de bode é acionada pela narradora. O “saque”

à roça de milho na beira da estrada é legitimado pela fome e pelo instinto de sobrevivência, mas são como sujeitos coletivos que os retirantes são apresentados nessa descrição.

Apesar da narradora não utilizar os termos *retirantes* e/ou *flagelados* ao longo do seu relato de memória, articula essa representação, tecendo os sujeitos como solidários e dotados de práticas coletivas na luta pela sobrevivência. O buraco no chão que serve de fofalha é feito por todo mundo. Outros dois denotativos da coletividade são acionados: “o pessoal” e “nós”. O estoque de alimentos, especialmente a carne seca de bode, a colheita do milho na roça e o preparo dos alimentos estão relacionados, como o passar muita fome, a todo o grupo de retirantes.

Como na história de outros migrantes, Francisco Silva envia notícias do Maranhão ao pai, que, ciente das perspectivas promissoras, “traz vários membros da família do Ceará”. Segundo Francisco Silva (2010): “Depois meu pai veio. [Ele] disse que se eu visse que aqui era bom, que escrevesse pra ele. E daí eu escrevi. Foi depressa, o velho baixou aqui, e daí ele já veio...” Teresinha Silva (2010) intercepta a fala do marido: “Aí, arrastou os filhos dele tudinho aqui pro Maranhão...[...] É vieram todos, pai, irmão, mãe ... Vieram tudo pra cá. Porque lá não escapava ninguém não, minha filha! Seca lá foi forte.”

O casal vai viver em Currealinho, zona rural de Pedreiras, quebrando coco e botando roça em *terras sem dono*. Francisco Silva (2010) esclarece: “Aqui a terra não tinha dono não, tinha dono as benfeitoria, né? Ninguém era dono de terra não. Era absoluta. Se achasse terra sem benfeitoria, podia se apossar daquela terra.”

Musumeci (1988: 34) esclarece a noção de benfeitoria, presente no pensamento sociológico que estuda o avanço da fronteira agrícola, acionada por esse e outros narradores:

Apenas as benfeitorias, melhoramentos ou serviços, (como a casa, com o quintal que normalmente a rodeia, o terreno total ou parcialmente preparado para o plantio, já contendo os produtos da roça, esses mesmos produtos, as cercas, pomares, paióis etc.) por materializarem o esforço produtivo das unidades familiares, tornam-se passíveis de compra e venda, não a terra em si mesma, a terra nua não trabalhada ou já despida dos vestígios do trabalho que nela se realizou.

As *terras sem dono*, referidas por esse e outros migrantes, são terras sem benfeitorias, abertas ao uso do lavrador, mas que necessitam de um imenso investimento

em trabalho para extrair frutos. A construção do eldorado requer, pois, um esforço cotidiano. É a terra nua que é livre, acessível à posse.

Como o casal, muitos outros migrantes nordestinos teriam ouvido falar de Pedreiras, sobre a qual se dizia: “Que era muito bom e tudo mais!” (FRANCISCO SILVA, 2010), embora tudo ainda estivesse por se construir. Não havia seca e havia muitas *terras sem dono* das quais seria possível se apossar e plantar, mas a conquista de uma vida confortável exigiria anos de esforço, em locais ainda muito desassistidos por serviços públicos essenciais. Francisco prossegue a narrativa: “quando nós chegamos aqui, não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. Era uma capoeira velha de capim”.

Ao longo dos anos, Teresinha e Francisco assistem à chegada de outras “carradas” de cearenses em Pedreiras e, normalmente, vão à cidade à procura de conhecidos. A chegada de novas *levas* de migrantes é tanto um espaço de sociabilidade para conversar, ver *acontecimentos* na cidade, como um momento de prestar solidariedade aos recém-egressos, especialmente, em se tratando de conhecidos.

Mulher, nós moremo aqui perto da Pedreiras. Aí quando nós sabia que tinha chegado uma carrada de gente... Era chegando carrada de gente direto né? Nós servia a lamparina de gás, de luz, a lamparininha, vinha bater aqui, reparar os conhecidos que tinha chegado. [...] Nós vinha pra cá, chegava muito conhecido: ‘- Chegou carrada de cearense, do Ceará!’ Aí nós seguia a lamparininha de gás e vinha olhar. Aí nós conversava e tornava voltar de novo (TERESINHA SILVA, 2010).

Apesar do cotidiano duro, Teresinha não hesita em afirmar que a decisão de migração para o Maranhão fora acertada e inevitável:

Ave Maria! [viver aqui] foi fácil demais, fia! Lá no Ceará se a gente não puxasse de lá, nós ia morrer de fome, porque lá, a derradeira vez, não tinha inverno não. Os invernos que ainda dava uns feijãozinho de moita, umas tamboeirinho de milho, mas de [19]58 não houve foi nada, nada... Os legumes morreram tudo [por] falta de chuva, tudo falta de chuva. O feijão morreu alvinho de flor, mas cadê a chuva pra segurar os legume? Tinha não. Morreu muito gado, muito jumento véio de fome e sede. Quem tivesse coração não dava de sentir aqueles negócio não, morreu muito.

Para além da seca e da fome¹²

¹² Neste tópico utilizamos trechos apresentados em outro artigo. Julgamos necessário incorporá-los para contrastar as memórias sociais de piauienses e cearenses e de agregados e pequenos proprietários.

Outro conjunto de narradores(as) que goza de condição mais estável, como médios proprietários de terras e de cabeças de gado, tende a negar seca e fome como motivo de expulsão, afirmando, com veemência, que a migração de suas famílias, ainda que coincidentes com anos de grandes secas, não estaria diretamente ligada a elas. Adentremos nessas outras memórias, abordando a história social e as representações sobre o espaço ocupado, produzidas por outros migrantes nordestinos.

Oriundo de uma leva de 81 pessoas saídas de Brejo dos Santos, Ceará, em 1932, Antônio Eugenio dos Santos frisa em vários momentos da entrevista: “Não passamos fome, não senhora.” E relativiza a seca de 1932: “Não é porque fosse seco total. Dizem que 1915 foi. Eu não sei, não era vivo, mas às vezes a chuva... não dava pra criar, perdia a lavoura. [...] Tinha quem criava completo, mas tinha outros que não criava, né? Então, é isso que fez a gente vir. Não foi passar fome. Não passamos fome, não”!

Lucas Aragão (2011), natural de Viçosa, chega ao Maranhão em 1958 aos 17 anos, e relata que sua família “não tinha precisão de sair do Ceará, não senhora, não tinha precisão! Meu pai veio de fogoso. Não tinha precisão. Num tou dizendo! Ele só vivia falando de vir para o Maranhão. Ele tinha condição, meu pai!”

Francisco Braga, nascido em 1933 em Pedreiras, filho de um tropeiro que migra de Brejo dos Santos, no Ceará, em 1932 e de uma paraibana de Souza, também enfatiza:

Olha, meu pai, até que meu pai, veio pra cá, não foi nem por necessidade. É porque aqui, dizia que naquela época se ajuntava dinheiro era com gancho, mentindo! Ele fez foi muito sofrer. Inclusive uma família do meu pai, que ficou lá no [...], tudo ficaram com condição depois, tá entendendo? Tudo ficaram com condição. O mais pobre é ele aqui no Maranhão mesmo. Tudo arranjaram condições.

Tinha deles muito pobre, mas tinha deles que vieram no... Como eu te falei, meu pai, quando ele veio pro Maranhão, ele não veio por necessidade, porque diz que aqui se ajuntava dinheiro com gancho, naquela época. Aí tinha deles que vinham também pra melhorarem, ganhar mais (BRAGA, 2011).

Lucas Aragão, Francisco Braga e Antônio Eugenio dos Santos admitem que há migrantes pobres e famintos corridos da seca, mas reconstroem suas trajetórias familiares através de outros vieses. Antônio Eugenio dos Santos não dá uma justificativa direta para a

partida da família, mas relata suas andanças nas imediações de Pedreiras em busca de terras para fixarem-se. Sua família compra parte das terras do Centro Sítio Novo pertencente a um parente, também migrado há pouco. Seu pai, que já estivera naquela região por volta de 1915, regressa com a família, depois de vender terras em Brejo dos Santos, Ceará.

O conhecimento prévio da região parece um elemento importante para a decisão de migrar. Conhecedor do Maranhão e das agruras das secas do sertão, o chefe de família parece disposto a não mais regressar à terra natal, pois vende terras alhures e compra outras na região de Pedreiras. Antônio Eugênio dos Santos, que migra na infância, elabora, na lembrança, uma imagem que relativiza a penúria, ainda que não explique satisfatoriamente a partida: “não é que fosse seco total”. Interessa problematizar, contudo, a recorrência da afirmação: “Não passamos fome, não senhora”. Nessa narrativa oral, nem seca, nem fome justificam a leva de 81 pessoas vindas de Brejo dos Santos.

Lucas Aragão atribui a vinda de seu pai “que tinha condição”, ao fato de ser “fogoso”. Francisco Braga atribui a do seu, que “não tinha necessidade”, a histórias fabulosas que circulavam no sertão. Nelas, o eldorado maranhense é representado como lugar em que se faz fortuna fácil, “onde se ajuntava dinheiro com gancho”.

Francisco Braga e Lucas Aragão analisam, a partir do presente, a escolha *errônea* pelo Maranhão. Os parentes que ficam no Ceará, hoje, teriam *mais condição* que seus pais. Provavelmente não é essa a situação quando migram “pra melhorar, pra ganhar mais”. O resultado passa a ser interpretado como se “o passado não tivesse um futuro”. Assim a memória transforma o eldorado em mentira e a razão da partida se condensa e dilui na expressão densa e vaga: “o pai veio de fogoso”.

A negação da precisão de partida da família parece remeter a uma necessidade de afirmação identitária. Não é como flagelados e retirantes que tais migrantes representam suas trajetórias familiares, mas como pessoas de condição, fogosas ou ambiciosas, que pagam para ver o que se propaga de boca em boca nos sertões do Nordeste sobre o Médio Mearim, no Maranhão. Conforme Alessandro Portelli (2006: 111):

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos, os fatos são organizados e reconhecidos de acordo com as representações, tanto fatos como representações convergem na subjetividade de seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa intenção seja o campo específico

da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.

Enredando fatos e representações, reorganizando-os e ressignificando-os, os narradores vão tecendo suas histórias migratórias. Deste modo, Lucas Aragão afirma que o pai “só vivia falando de vir pro Maranhão”. No seu discurso, a seca de 1958 não é o motivo principal da partida; é, no máximo, a faísca que falta para acender o projeto há tempos arquitetado. Seu pai, como o de Antônio Eugênio, vende terras e se estabelece no Centro do Julião,¹³ onde passa a viver da agricultura, contando com o trabalho familiar e a prestação de serviços de moradores. Nesse caso, como no da família de Antônio Eugênio dos Santos, a migração dá-se rumo a um destino planejado e com um projeto de fixação no local. Ainda que venham em busca de riquezas, não são trajetórias de quem está seduzido a fazer fortuna fácil “onde se ajuntava dinheiro com gancho”. Tal fortuna ou melhora é buscada com a paciência do lavrador que planta, semeia, colhe e vende o fruto da terra transportado em lombos de animais até a feira da cidade.

O enquadramento apressado do migrante nordestino no tipo aventureiro seria suficiente para a compreensão do seu “espírito feroso e ambicioso”? Eles seriam os bandeirantes do século XX? Penso que esse pode ser um ponto de partida da análise, mas não de chegada. Faz-se necessário analisar as práticas culturais e sociais que permeiam as experiências migratórias dos nordestinos na Amazônia e no Maranhão, bem como suas formas de rememoração dessas experiências. Por que o ser feroso, valente, ambicioso, teimoso é acionado pelos narradores como justificativa da partida? Que construções identitárias subjazem em disputa no ato de rememoração? Por que as notícias fabulosas do eldorado se transmutam em mentiras e boatos nas narrativas orais?

É preciso analisar com zelo e sem encantamento a fala jocosa, especialmente do migrante cearense, acerca de suas experiências migratórias. A veia humorística (entenda a metáfora biológica como cultural) parece uma estratégia, possivelmente inconsciente, de reconstrução das trajetórias individuais e coletivas, isentando-as de responsabilidades pelos fracassos relativos. Respostas densas e vagas para a partida em direção ao eldorado, como a de Lucas Aragão em Pedreiras – “o pai veio de feroso” – são também ouvidas por

¹³ Centro localizado no município de Pedreiras.

Benchimol, pesquisador que realiza trabalho de campo e entrevistas com migrantes cearenses na Amazônia, na década de 1940: “foi a influência do diabo que me tentou pra vim”.

Outro migrante nordestino entrevistado por Benchimol compreende sua vinda para a Amazônia a partir dos mitos de fazer fortuna fácil, propagado sobre a região: “Você não vai ao Amazonas? Que é que você tá fazendo aqui? Olhe que lá tem gente ajuntando dinheiro com ciscador. A seringa está enricando todo mundo. É só chegar, apanhar e voltar. Vamos embora rapaz, que o governo garante a passagem, o sustento e ainda dá colocação” (BENCHIMOL, 1945: 394).

As notícias de bonança real ou imaginária são motivo de atração para o Médio Mearim no Maranhão. A ideia-imagem mítica do eldorado é representada *a posteriori* com ironia e humor. Nas palavras do poeta João Barreto, assim se fala de Pedreiras e do Maranhão:

Rapaz, lá é o céu. Mas é um lugar! Que se ocê vê! As caça do mato, é veado de 50 kg, de 60...Vem bem na cara da gente, vem correndo...a gente mata até de pau. - Lá arroz ninguém planta não, ele nasce aí. Aí pensa um Maranhão bacana demais! Assim, outros fizeram com outros. E aí papai tocou de lá pra cá (JOÃO BARRETO, 2011).

Em outro trecho da entrevista, João Barreto afirma: “Eles [migrantes nordestinos] foram enganados pelos mais espertos.” Ele e sua esposa Ceci Ana referem-se a uma mão de obra demasiadamente barata que começa a ser atraída por falsos relatos de bonança da região. Conforme João Barreto: “E foi a vinda da mão escrava, como se diz, pra cá. Esse povo trabalhava a qualquer preço.” Ceci Ana Barreto narra com mais riquezas de detalhes, referindo-se aos hábitos de um dos agenciadores de nordestinos para a região.

Porque teve muitos que vieram pra cá, com uma missão: pra tomar conta de terras e mais terras e botar o pessoal no cativoiro. Tá pensando, que aqui até um tempo desse....! Não era João?! Era. Tinha terra aí, botava os pobre dos bichinho pra morar numas casinha velha. “Passa a casa aí, não sei o quê... Vocês têm casa pra vim”. Ele era um santo! Aí depois, “ – Você vai trabalhar é pra mim”. Se ele fosse trabalhar pra outra pessoa, ele não deixava. Ele não deixava de jeito nenhum (CECI ANA BARRETO, 2011).

Provavelmente essa Pedreiras fabulosa é propagada por nordestinos já estabelecidos que buscam mão de obra barata para os trabalhos na lavoura e nas tropas de burro. Francisco Braga, filho de um tropeiro que se estabelece em Pedreiras e passa a receber parentes, conhecidos e conterrâneos, também sinaliza, como Maroca Medeiros, referida no início deste artigo, para a existência de redes de solidariedade no abrigo e encaminhamento de migrantes para postos diversos de trabalho: “Naquela época, tudo era através de animais, e os cearenses quando vinham de lá, sempre procuravam meu pai, que ele já tava aqui. Então, eles se hospedavam aqui, na casa de meu pai, né? [...] Dava comida, dava tudo. Serviço vinha, ele já tinha... conseguia... levava pra outros interior” (BRAGA, 2011).

A rememoração das histórias familiares normalmente são tecidas acentuando características positivas e engrandecedoras do caráter dos ancestrais. É plausível, portanto, que a narrativa de Francisco Braga e Maroca Medeiros tracem do pai um perfil de acolhimento e paternalismo e não de exploração. Os depoimentos de João e Ceci Barreto, quando livres dos laços de parentesco, sinalizam para redes de exploração.

Nascida no início da década de 1940, Ceci Ana rememora a chegada e acolhida de muitos migrantes cearenses, conterrâneos do pai, que buscam e encontram abrigo nas terras da sua família. A guarida a parentes, compadres e comadres recém-chegados prestada pelo seu pai, não é interpretada na narrativa que elabora como exploração, mas como atos de generosidade e solidariedade.

[Meus pais] Deram por guarida porque é meu compadre, é não sei o que. Depois teve deles que ficaram morando lá [em casa]. Mamãe e papai, eles pediam pra morar e papai mais mamãe tiram madeira pra construir uma casinha pra alugar e pode ficar morando. Ficaram morando muitos anos ainda lá. Aí depois se destacaram pra outros lugares. Teve desses assim que eu presenciei (BARRETO, 2013).

A interpretação das narrativas de Francisco Braga, Maroca Medeiros e Ceci Ana Barreto, deste modo, tanto sinalizam a possibilidade de obliteração pelas relações de proximidade e afetividade, do reconhecimento de redes de exploração e agenciamento de trabalhadores nordestinos nas suas famílias como sugerem a coexistência de relações entre conterrâneos, baseadas em solidariedades desinteressadas e distintas de relações de agenciamento.

Na narrativa de Osael, que chega com os pais e alguns irmãos *corrido da seca* de 1953, as redes de exploração e agenciamento são perceptíveis nas entrelinhas do discurso. O conterrâneo que fala de Pedreiras no sertão potiguar é aquele que articula morada e trabalho aos recém-chegados. Na fala de Osael Faria não se percebe mágoa do agenciador, mas gratidão pelas informações referentes à região e pelo “acolhimento” recebido. Osael segue de trem de Teresina até Coroatá com “o que veio primeiro aqui”, enquanto os pais e irmãos fazem o restante do percurso a pé. Quando chegam, a morada já está de pé:

Quando chegamos aqui o que veio primeiro aqui, já tinha comprado uma casinha bem aí, nessa rua ali, Tiro de Guerra, e lá ele [...] casa comprada, mas assim de madeira, né? Não era casa de tijolo. Era casa coberta com... Justamente eu vim de trem por mode ajudar a botar o barro na casa pra quando eles chegassem. Que eles vieram por aqui, demoraram foi chegar. Demorou muito. Foi. Passaram bem um mês (FARIA, 2011).

Conforme Croci (2010: 313), é importante atentar para “redes de relações entre comunidades de partida e de chegada que se articulavam dentro dos fluxos migratórios”. As migrações “espontâneas” são normalmente articuladas a partir de redes sociais que envolvem parentes, compadres, amigos, vizinhos e conhecidos. Dentro da trajetória de migração da família de Osael, “o que veio primeiro” desempenha a função de propagador e mediador do fluxo migratório; assinalando local de destino, organizando a viagem e subsidiando o ingresso dos conterrâneos na sociedade pedreirense. Os pais de Francisco Braga e Maroca Medeiros são conterrâneos procurados por cearenses e piauienses que chegam a Pedreiras carentes de abrigo e trabalho. O agenciador, referido no relato de Ceci Ana, é alguém também já estabelecido na cidade, que oferece casa ao recém-chegado e lhe cobra posteriormente trabalho exclusivo. Relações de paternalismo e exploração perpassam, portanto, as redes sociais que instituem sentido e fôlego às migrações “espontâneas”. Conforme Croci (2010: 304), “os que ficam e não voltam para casa, constituem uma base de apoio e um dos fatores de atração dos fluxos migratórios seguintes, ou talvez, fosse melhor dizer, que constituem um dos nós pelos quais funcionam as redes migratórias”.

Os relatos que remetem a migrações decorrentes de grandes secas (1932, 1951-1953 e 1958, principalmente) sinalizam para movimentos posteriores ou anteriores de parentes, amigos, compadres, vizinhos e conhecidos já estabelecidos no Médio Mearim.

Normalmente, nas *teias migratórias*, “as metas de chegada são avaliadas em relação às possibilidades de trabalho, e quem já emigrou lança as bases para uma ponte de notícias” (CROCI, 2010: 310). Tais notícias, tomadas quando da saída como experiências verídicas de testemunhos confiáveis, podem ser, *a posteriori*, representadas como boatos, fábulas e mentiras descaradas, na rememoração da trajetória de sujeitos que não lograram a ascensão social almejada.

Considerações Finais

A rememoração da experiência migratória, portanto, ganha legibilidade com a problematização da história social dos entrevistados. Rememorar é reelaborar e instituir identidades coletivas e individuais perpassadas por tensões e disputas presentes no plano das representações.

Por outro lado, a desconstrução do eldorado maranhense e a necessidade premente de negação da experiência de miséria, fome e seca, são legíveis a partir da análise da história social de descendentes de pequenos e médios proprietários. Esse conjunto de narradores tem vontade de instituição de outras memórias das migrações de nordestinos que não repitam a morbidez dos discursos referentes aos flagelos da seca, representados fartamente na imprensa e em obras literárias, e reificados por uma produção acadêmica datada, que faz do horror o estilo e o argumento das histórias de migração.

Essas imagens impregnaram as narrativas de historiadores e sociólogos do século XX e, ainda, as do presente. Aparecem nas descrições e análises mais ‘sensacionalistas’ e nas criteriosas. A descrição do horror, intenta em transformar-se num argumento, e isto acontece porque se julga que o que se quer narrar é totalmente estranho aos leitores e porque se absolutizou a relação Nordeste-seca-miséria (SECRETO, 2007: 36).

A memória da experiência migratória de nordestinos no Médio Mearim é perpassada por clivagens. A primeira institui uma diferença na representação dos motivos da partida. Enquanto piauienses referem-se principalmente à existência de invernos fracos e poucas possibilidades de produção de um excedente agrícola na terra natal, migrantes originários de estados nordestinos, mais amplamente suscetíveis a secas, reconhecem

parcial (pequenos e médios proprietários) ou amplamente (agregados) seu impacto como fator de expulsão.

A segunda clivagem demarca a construção ou desconstrução da ideia-imagem do eldorado maranhense. Nas narrativas de agregados, normalmente, não há incômodo com as representações do retirante flagelado, o Médio Mearim tende a ser expresso como lugar de fartura e melhoria e a migração como inevitável “pra escapar” da seca ou para “criar os filhos”. Nas narrativas de pequenos e médios proprietários, as notícias da região são representadas por vezes como fabulosas e a necessidade da partida é relativizada ou negada.

Concebemos como Alessandro Portelli, a necessidade de pensar as memórias sociais como memórias divididas e não homogêneas:

quando falamos em memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária [no caso do meu estudo, memória migrante] pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 2006: 106).

Em outros momentos, as memórias divididas *se embaralham* dentro de memórias individuais, como na associação feita pelo filho de médios proprietários cearenses, Lucas Aragão, que enfatiza a migração da sua família como desnecessária. Rememorando o dia da partida do Ceará, refere-se à canção *A triste partida*: “Aquela cantiga do Luiz Gonzaga foi do mesmo jeitinho que aconteceu com nós”. “*Setembro passou, outubro e novembro. Já estamos em dezembro, meu Deus, o que há de nós. Assim fala o pobre nortista, com medo da peste, da fome feroz. A treze do mês [ele finda] a experiência, perdeu toda crença da pedra de sal*”.

Os atos narrativos produzem textos nos quais as representações e interpretações nem sempre dispõem de coerência e homogeneidade. Como as memórias sociais, as memórias individuais podem apresentar-se de modo fragmentado e, até mesmo, contraditório. *A Triste Partida* seria uma *música incidental* mais “coerente” dentro da narrativa de um agregado do sertão nordestino, mas emerge em meio à narrativa de Lucas Aragão, sinalizando para as complexidades e os ziguezagues do processo de rememoração.

Referências

Entrevistas

- ARAGÃO, L. C. Centro Julião, Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- BARRETO, C. A. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*
- BARRETO, C. A. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*
- BARRETO, J. Pedreiras *Entrevista realizada em março de 2011.*
- BARRETO, S. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013.*
- BRAGA, F. A. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- BRAGA, M. A. Pedreiras. *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- COELHO, M. J. S. Alto Alegre do Acelino, Bacabal. *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- COSTA, O. P. Vitorino Freire *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- FARIA, O. Pedreiras. *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- LIMA, A. P. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- MEDEIROS, J. R. de. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- MEDEIROS, M. da C. Oliveira. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- RODRIGUES, R. de A. S. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011.*
- SALES, A. V. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013.*
- SANTOS, A. E. dos S. Centro Sítio Novo, Pedreiras *Entrevista realizada em março de 2011.*
- SILVA, F. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010.*
- SILVA, T. Pedreiras. *Entrevista realizada em abril de 2010.*

Bibliografia

- ALBERTI, V. *História Oral: a experiência do CPDOC.* Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2006.

ANDRADE, M. de P.; SANTOS, M. *Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2009.

ARAÚJO, M. M. B. de. *O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARCANGELI, A. *O mito da Terra: uma análise da colonização*. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

BENCHIMOL, S. O cearense na Amazônia. *Revista de imigração e Colonização*, ano IV, n. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, dezembro/1945.

BORGES, M. B. *A seca de 1832 e a instalação da Colônia de Lima Campos*. 2009. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

CARDOSO, A. A. I. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2839>. Acesso em: 24 out. 2013.

CROCI, F. As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F.; FRANZINA, E. (orgs). *Histórias do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: EdUSP/ FAPESP, 2010.

DOMINGOS NETO, M. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FERREIRA, M. M. G. *Construção do eldorado maranhense: experiência narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Medio Mearim-MA (1930-1970)*. Niterói: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2015.(Tese de Doutorado)

FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GOMES, A. de C. *População e Sociedade*. In: GOMES, A. de C. *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010). -Vol 4.

GUIMARÃES NETO, R. B. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais- Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2006.

MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, 1988.

NEVES, F. de C. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. São Paulo: Relume Dumará, 2000.

PORTELLI, A. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

PORTELLI, A. O Massacre de Chivitella Val di Chiana.(Toscana, 29 de julho de 1949): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SECRETO, M. V. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SOUZA, L. de M. *Os 'desclassificados do ouro': a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

WENSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Huctec/EdUSP, 1993.

Recebido em: 01 outubro de 2018

Aceito em: 06 de março de 2019